



Ata do
Comitê de Estabilidade Financeira — Comef

28 e 29 de maio de 2024

**Ata da
57ª reunião
do COMEF**
28 e 29 de maio



Data: 28 e 29 de maio de 2024

Local: Sala de reuniões do 8º andar (28 de maio) e do 21º andar (29 de maio);
Edifício-Sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 28 de maio: 09h30 às 12h20; 14h00 às 17h00
29 de maio: 14h00 às 17h00;

Presentes:

Membros do Comef
(Presidente e Diretores)

Roberto de Oliveira Campos Neto
Presidente

Ailton de Aquino Santos
Fiscalização

Carolina de Assis Barros
Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

Diogo Abry Guillen
Política Econômica

Gabriel Muricca Galípolo
Política Monetária

Otávio Ribeiro Damaso
Regulação

Paulo Picchetti
Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos

Rodrigo Alves Teixeira
Administração

Renato Dias de Brito Gomes
Organização do Sistema Financeiro e Resolução

**Participantes
responsáveis por
apresentações técnicas:**

Adalberto Felinto da Cruz Júnior – *Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias*

André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

André Minella – *Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Belline Santana – *Chefe do Departamento de Supervisão Bancária*

Fernando Alberto G. Sampaio C. Rocha – *Chefe do Departamento de Estatísticas*

Juliana Mozachi Sandri – *Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta*

Marcelo Antônio Thomaz de Aragão – *Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais*

Ricardo Sabbadini – *Chefe do Departamento Econômico*

Rogério Antônio Lucca – *Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*

Demais participantes:

Alan da Silva Andrade Mendes – *Chefe do Departamento de Reservas Internacionais*

André de Oliveira Amante – *Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto*

André Luiz Caccavo Miguel – *Chefe-adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Ângelo Jose Mont Alverne Duarte – *Chefe do Departamento de Competição e de Estruturado Mercado Financeiro*

Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*

Arnildo da Silva Correa – *Chefe da Assessoria Econômica*

Carolina Pancotto Bohrer – *Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro*

Climério Leite Pereira – *Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora*

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral do Banco Central*

Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*

Eduardo José de Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*

Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico*

Gilneu Francisco Astolfi Vivan – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*
Leonardo Martins Nogueira – *Secretário-Executivo*
Marcelo Colli Inglez – *Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada, substituto*
Mariane Santiago de Souza Nogueira – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe-Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Eyer Harris – *Chefe de Gabinete do Diretor de Regulação*
Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*
Sérgio Mikio Koyama – *Chefe-adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Os membros do Comef analisaram a evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil e na economia internacional tendo em vista o objetivo de assegurar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

A) Mercados financeiros globais

1. O sistema financeiro internacional tem se mostrado resiliente, adaptando-se à conjuntura incerta e ao estágio corrente do processo de convergência da inflação às metas, que requer cautela. Divergências no ritmo de desinflação afetam preços relativos de ativos e requerem gestão de riscos ainda mais eficiente, aumentando os desafios para alguns intermediários de menor porte ou especializados em segmentos do mercado mais sensíveis a flutuações econômicas. O cenário de atividade tem apresentado resiliência e os fundamentos sugerem sustentação do consumo prospectivo. O papel do déficit fiscal na determinação da liquidez e, consequentemente, os preços de equilíbrio do crédito privado ao longo do tempo seguem sendo um tema relevante. A liquidez agregada no sistema financeiro das principais economias segue ampla.

2. Desde o Comef anterior, as condições financeiras arrefeceram levemente. Apesar do recuo recente, a volatilidade dos juros americanos permanece elevada, em especial devido às incertezas sobre as trajetórias da política monetária. Nos EUA, o crédito segue em desaceleração, com contração nos segmentos mais sensíveis às taxas de juro. O saldo agregado de depósitos recuperou-se, mas o sistema bancário ainda apresenta sinais de estresse localizados. O desempenho do setor imobiliário corporativo continua requerendo especial atenção considerando a elevada exposição de bancos menores. O sistema bancário chinês também continua apresentando sinais de estresse localizados.

3. As autoridades têm atuado para manter a confiança nos sistemas financeiros. Permanecem sob análise dos reguladores americanos as propostas para mitigar riscos e ampliar resiliência. Na China, medidas têm sido tomadas para conter efeitos sistêmicos da contração no setor imobiliário, enquanto outras foram anunciadas para fortalecer a supervisão financeira e a prevenção e resolução dos riscos financeiros.

B) Sistema Financeiro Nacional

4. O mercado de crédito, que vinha desacelerando, passou a apresentar certa inflexão no período mais recente, em linha com os fundamentos da economia e com o ciclo de afrouxamento monetário. No crédito às pessoas físicas a taxa de crescimento da carteira em diversas modalidades estabilizou-se. Linhas de financiamento de veículos e de crédito não consignado mostram aceleração. No crédito bancário às pessoas jurídicas há leve reaceleração, exceto no crédito para microempresas, que mostra estabilidade no ritmo de crescimento. O mercado doméstico de dívida corporativa continua ganhando representatividade como fonte relevante de financiamento, principalmente para as grandes empresas.

5. As provisões mantiveram-se adequadas, acima das estimativas de perdas esperadas. A leve piora na qualidade das concessões de crédito às famílias foi insuficiente para inverter a redução da probabilidade de default e da expectativa de materialização de riscos, exceto no crédito rural onde ambas são crescentes. Para micro, pequenas e médias empresas, o nível de materialização de risco deve permanecer estável.

6. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. O sistema tem mantido capital e ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. O Comef segue atento à dinâmica de resgates das cadernetas de poupança e seus efeitos nas concessões de crédito imobiliário. A rentabilidade do SFN apresentou

discreto aumento, dado o menor peso das despesas de provisão e dos custos de captação, que se têm reduzido nos meses recentes.

7. Os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, descritos no Relatório de Estabilidade Financeira, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal. Teste de análise de sensibilidade verificou que mesmo que os ativos problemáticos dobrassem em relação a seus níveis atuais, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes.

8. O Banco Central acompanha os impactos econômicos das enchentes no Rio Grande do Sul e seguirá atuando para preservar as condições necessárias à adequada prestação de serviços pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) às famílias e às empresas atingidas pela tragédia. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central adotaram prontamente medidas que permitem manter condições propícias para que o SFN atue no sentido de amenizar os efeitos econômicos da situação de calamidade pública. As medidas adotadas até o momento favorecem a renegociação das dívidas existentes e ampliam a liquidez das instituições financeiras em que os devedores domiciliados nos municípios em estado de calamidade representam mais de 10% da carteira de crédito total. Com isso, permite-se que tomadores de crédito tenham melhores condições para enfrentar a situação emergencial, ao tempo em que se preserva a capacidade das instituições de ofertar crédito aos agentes afetados pelas enchentes. O Banco Central segue monitorando a intermediação financeira na região, e poderá adotar medidas adicionais a fim de manter o funcionamento eficiente e a solidez do sistema financeiro.

C) Principais pontos de atenção

9. O apetite ao risco das instituições financeiras (IFs) aumentou e o ambiente continua demandando atenção. Em relação às famílias, o ritmo de crescimento do crédito estabilizou-se após um longo período de desaceleração, e há sinais de aquecimento em modalidades como veículos e crédito não-consignado. Também se observa uma piora nos critérios de concessão. O endividamento e o comprometimento de renda permanecem historicamente elevados. Com relação às empresas, o ritmo de crescimento do crédito aumentou, mas não se percebe alteração relevante nos critérios de concessão. Nesse cenário, o Comef avalia que é importante os intermediários financeiros preservarem a qualidade das concessões.

10. O Comef reitera que os instituidores dos arranjos de pagamento devem assegurar que os mecanismos de governança e de gerenciamento de risco desses arranjos sejam implementados de forma adequada e efetiva, conforme previsto na legislação vigente e na regulamentação pertinente à matéria. O Comitê vem acompanhando regularmente a evolução da indústria de cartões de crédito em seus diversos recortes, considerando, dentre outros aspectos, o estoque das carteiras, a concessão e a utilização de limites, e a materialização de risco *vis-à-vis* os perfis dos usuários e dos emissores. Tendo em vista a relevância dos arranjos de pagamento para a economia, o Comef entende que os seus participantes – instituidores, emissores, credenciadores e subcredenciadores – devem dispor de mecanismos de governança e de gestão de riscos aptos a preservar a estabilidade e o funcionamento seguro e eficiente desses arranjos.

11. O cenário global prospectivo ainda apresenta riscos que podem levar à materialização de cenários de reprecificação de ativos financeiros globais. Incertezas acerca da extensão do período de juros elevados e dos níveis de equilíbrio das taxas de juros no longo prazo, pressões decorrentes do diferencial de juros sobre as moedas, preocupações quanto à sustentabilidade fiscal, e suscetibilidade dos mercados a eventuais

disrupções de oferta contribuem para manter os riscos de reprecificação de ativos sob atenção. Além disso, os eventos de estresse no setor financeiro desde 2023 mostraram que há vulnerabilidades acumuladas tanto nos bancos quanto em instituições financeiras não bancárias que podem materializar riscos financeiros relevantes. Em geral, as economias emergentes mostraram resiliência diante do cenário externo adverso, ainda que fatores de vulnerabilidade permaneçam. O Comef avalia que a exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio é baixa e a dependência de *funding* externo é pequena. A transparência, previsibilidade e credibilidade na condução das políticas monetária, fiscal e macroprudencial são essenciais para mitigar os riscos sistêmicos.

12. Após a diluição dos impactos do estresse no setor financeiro no início de 2023, são os desafios macroeconômicos no início de 2024 que explicam em maior parte os riscos adversos para as condições financeiras internacionais. O Comitê está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. O Comitê segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal, que reduzam os prêmios de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, consequentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.

D) Decisão de política macro prudencial

13. O Comef avalia que a política macroprudencial neutra segue adequada ao atual momento, caracterizado pela ausência de acúmulo significativo de riscos financeiros. Considerando as expectativas do Comef sobre o crescimento do crédito, não há necessidade de ajustes na política macroprudencial no curto prazo.

14. Os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, embora existam incertezas a serem acompanhadas. Os principais ativos de risco da economia vêm seguindo trajetórias de preço moderadas. O crescimento do crédito, que vinha desacelerando, passou a apresentar certa inflexão no período mais recente, em linha com os fundamentos da economia e com o ciclo de afrouxamento monetário. O mercado doméstico de dívida corporativa, por sua vez, consolidou o movimento de retomada. Diante dos riscos relacionados à atividade econômica e ao endividamento das famílias e das empresas de menor porte, o Comef segue recomendando que as IFs mantenham a prudência na política de gestão de crédito e de capital.

15. O Comef decidiu que, dadas as condições atuais e as expectativas quanto ao cenário econômico, o ACCP_{Brasil} continuará em 0% nas suas próximas reuniões. Aumentos do ACCP_{Brasil} entram em vigor somente um ano após as deliberações do Comef. A decisão considerou as condições financeiras restritivas do ambiente doméstico e internacional, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito.

